



Fórum Nacional de Economia Circular

5ª Reunião

Brasília, 5 de fevereiro de 2026

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Pauta da Reunião

- 1. Abertura**
- 2. Aprovação da ata da 4ª reunião (05/02/2026)**
- 3. Informes gerais**
- 4. Aprovação de criação de Grupos de Trabalho no âmbito do FNEC**
- 5. Aprovação do Relatório anual da Estratégia Nacional de Economia Circular e Perspectiva 2026**
- 6. Apresentação sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira**
- 7. Decreto nº 12.771/2025 – Estratégia Nacional de Compras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**
- 8. Decreto nº 12.785/2005 – Promoção da circularidade de bens móveis na Administração Pública**
- 9. Decreto nº 12.783/2025 - Pronarep**
- 10. Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos**
- 11. Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos**
- 12. Encaminhamentos**

Ata da Reunião de 05/11/2025



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

Aos 6 dias de novembro de 2025, o Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC) reuniu-se presencialmente no Salão Nobre, no 9º andar, bloco K, na Esplanada dos Ministérios, e virtualmente, por meio de videoconferência, com horário de início às 14h30 e horário de término às 17h30. A lista de presença dos participantes, incluindo os que participaram remotamente, encontra-se disponível no processo SEI nº 19687.000554/2025-20, com registro da participação presencial no documento SEI nº 55628465 e da participação virtual no documento SEI nº 55628067.

1. Abertura

A sessão foi presidida pela Secretária em exercício da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Sra. Julia Cortez da Cunha Cruz, acompanhada pelo Secretário Adjunto, Sr. Lucas Ramalho Maciel, e pela Diretora do Departamento de Novas Economias (DNOVA), Sra. Sissi Alves da Silva.

2. Apresentação dos informes gerais

Houve a atualização sobre os informes gerais sobre marcos normativos e instrumentos financeiros recentes como a PEC da Reciclagem (PEC 34/2025); atualização das Portarias GM/MDIC 309/2024 e SE/MDIC 450/2024; Decreto de logística reversa de embalagens plásticas; Emenda nº 44150006 à LDO; Eventos economia circular na COP 30; PL 5662/2025 (Senado Federal) – Política Nacional de Economia Circular e MOU Brasil-China: Economia Circular.

3. Atualização das Portarias

A Sra. Sissi informou que a elaboração das portarias para a inclusão de novos órgãos está em andamento. O processo depende da tramitação e anuência de alguns órgãos.

Destaques:

- Atualizações quanto às alterações das Portarias GM/MDIC nº 309/2024 e SE/MDIC nº 450/2024.
- Informações sobre o Decreto nº 12.688/2025 que instituir a logística reversa de embalagens de plástico.
- Situação do Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Economia Circular.
- Apresentação dos principais resultados do Plano Nacional de Economia Circular.
- Formalização do Grupo de Trabalho da ENOP.
- Informações sobre o tema economia circular na COP30.

Informes gerais

- a) **Publicação das alterações das Portarias GM/MDIC nº 309/2024 – Inclusão de organizações do setor público: MGI, MRE, MCID, MIDR e Inmetro (Portaria GM/MDIC nº 16/2025).**
- b) **Portaria SE/MDIC 450/2024 - Designação dos novos membros e inclusão das demais organizações: ABDE, Sebrae, ABNT, CNC e ANAMMA.**
- c) **Portaria GM/MMA nº 1.560, de 2/1/2026 - Estabelece orientações a serem observadas pelos sistemas de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico, de que trata o Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020.**
- d) **Importação de *Flakes de PET***
- e) **Importação de Óleo de Cozinha Usado (*UCO*)**

Criação de Grupos de Trabalho no âmbito do FNEC



Relatório Anual 2025

Estratégia Nacional de Economia Circular

Portaria GM/MDIC nº 16/2026

Art. 4º.....

§ 4º O Fórum encaminhará, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, **relatório de monitoramento** contendo os resultados obtidos no ano-calendário precedente e as metas estabelecidas para o período subsequente, o qual deverá ser apresentado **até trinta dias** após a realização da **primeira reunião ordinária trimestral do ano.**" (NR)

Estrutura

Apresentação

1. Introdução
 2. Política Nacional de Economia Circular
 3. Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC)
 4. Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC)
 - 4.1. Regimento interno
 - 4.2. Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC): Resultados 2025 por Eixo
 - 4.3. Importação de Resíduos Sólidos
 5. Plataforma da Estratégia Nacional de Economia Circular
 6. Pontos de destaque sobre Economia Circular em 2025
 - 6.1. Fórum Mundial de Economia Circular
 - 6.2. Economia Circular na COP 30
 - 6.3. Coalização de Economia Circular para América Latina e Caribe
 - 6.4. Fórum Nordeste de Economia Circular
 - 6.5. Expo Catadores 2025
 7. Normas, Regulamentos e Estratégias Governamentais Pertinentes à ENEC
 8. Considerações Finais
- Anexos
- Referências



A Economia Circular em 2025

- Consolidação da Estratégia Nacional de Economia Circular como política transversal de Estado: implementação de ações estruturantes, fortalecimento da governança da circularidade e ampliação da articulação interfederativa e territorial.
- Fortalecimento do Fórum Nacional de Economia Circular como instância de governança.
- Plano Nacional de Economia Circular: marco normativo fundamental para orientar a execução dos trabalhos da ENEC; realização de consulta pública que contou com + de 1600 contribuições distribuídas entre os 5 eixos do plano.
- Mais de R\$ 1 bilhão de mobilizado em instrumentos financeiros voltados para a economia circular por meio de recursos públicos (BNDES, Caixa, Finep, Fundo Clima), incentivos fiscais (LIR), recursos não reembolsáveis e investimentos públicos diretos.
- Regulamentação de sistemas de logística reversa como instrumento normativo importante para a transição do país para a economia circular: Publicação do Decreto de Logística reversa de embalagens plásticas.

Plano Nacional de Economia Circular

- Instrumento para implementação de políticas que promovam a circularidade na produção e no consumo
- Documento final, aprovado em maio de 2025, contém 18 macro-objetivos e 71 ações.
- Mapeamento de 127 iniciativas públicas e privadas.

Eixos do PLANECE	Macro-objetivos	Ações	Iniciativas públicas mapeadas	Iniciativas privadas mapeadas
Eixo 1	3	15	5	15
Eixo 2	5	18	6	21
Eixo 3	4	18	7	12
Eixo 4	3	11	18	8
Eixo 5	3	12	11	14
Total	18	71	57	70

Eixo 1: Criar ambiente normativo e institucional favorável à Economia Circular - Principais Resultados

- Avanços na proposição do Quadro Analítico de Indicadores de Economia Circular: Definição de 4 linhas de ação (consumo de materiais; geração de resíduos e reciclagem; socioeconômicos e inovação) e proposição de desenvolvimento de 16 indicadores de economia circular.
- Criação do Painel de Indicadores de Economia Circular Brasileira.
- Avanços quanto a termo de referência junto à Unido para a elaboração de um diagnóstico nacional, definição de setores prioritários e contribuições com indicadores socioeconômicos da ENEC.
- Estudos para integração de indicadores de circularidade ao programa Selo Verde - Norma Geral publicada (ABNT NBR 20250:2026 - Diretrizes gerais de sustentabilidade para produtos e serviços).

Eixo 2: Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção - Principais Resultados

- Editais e chamadas públicas – Destaque para chamada pública “Mais Inovação Brasil – Resíduos, Saneamento e Moradia”, via Finep/MCTI, com recursos do FNDCT. Edital com duração máxima de 36 meses, R\$ 80 milhões para subvenção econômica e linhas temáticas voltadas para economia circular, resíduos sólidos, biogás e biometano, mineração urbana e água e esgoto.
- Articulações realizadas junto ao FNDCT para lançamento de chamadas públicas correlatas à economia circular que tem como objetivos: incentivo a P&D e inovação em tecnologias de reciclagem avançadas e bioeconomia regenerativa; apoio a start-ups e ICTs por meio de subvenções em fluxo contínuo; expansão do financiamento para moradia sustentável, saneamento inovador e recuperação de materiais complexos; e estímulo à criação de plataformas colaborativas e centros de economia circular.

Eixo 3 – Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais – Principais resultados

- Plano Nacional de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos Urbanos (PLANARO): expectativa de investimento da ordem de R\$ 12 bilhões até 2050.
- Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (Lei nº 15.224/2025): reduzir perdas ao longo da cadeia produtiva e minimizar o desperdício no consumo, promovendo segurança alimentar e sustentabilidade.
- Plataforma Recircula: Principal instrumento de rastreabilidade de reciclagem e conteúdo reciclado no país. Já certificou 50 mil toneladas de plástico reciclado, evitando a emissão de quase 495 mil toneladas de CO₂ (em 2025). Próximo passo consiste em ampliar o modelo para outras cadeias produtivas e materiais: alumínio, vidro, papel e tecidos.

Eixo 4 – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular – Principais resultados

- Avanços na consolidação de instrumentos financeiros a fim de viabilizar a expansão da economia circular com destaque para o BNDES: Tudo na Circularidade, financiamento para instalação e modernização de recicladoras, apoio a cooperativas de catadores, investimentos em infraestrutura de triagem e projetos de logística reversa.
- Apoio à inovação circular por meio de editais e chamadas públicas via Finep (recursos FNDCT) e Caixa (Agricultura regenerativa e Economia Circular).
- 1º ciclo de recepção de proposta da Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR): 952 projetos apresentados que totalizaram R\$ 2,2 bilhões de investimentos solicitados.
- Publicação do Decreto nº 12.771/2025 que institui a Estratégia Nacional de Compras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), integrando a circularidade às compras públicas.

Eixo 5 – Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular – Principais resultados

- Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e a Cooper Rama a fim de viabilizar a formalização do Inter Redes.
- Realização da consulta pública sobre a minuta de decreto que regulamenta a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, estratégico para ampliar instrumentos de reconhecimento e remuneração de serviços ambientais.
- Articulações para elaborar um guia orientativo para grandes geradores, catadoras e catadores, e municípios.
- Lançamento do Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (Pronarep) durante a Expo Catadores 2025, voltado para fortalecer a cadeia de reciclagem com foco na inclusão socioeconômica de catadoras e catadores.

Ações e Eventos estratégicos

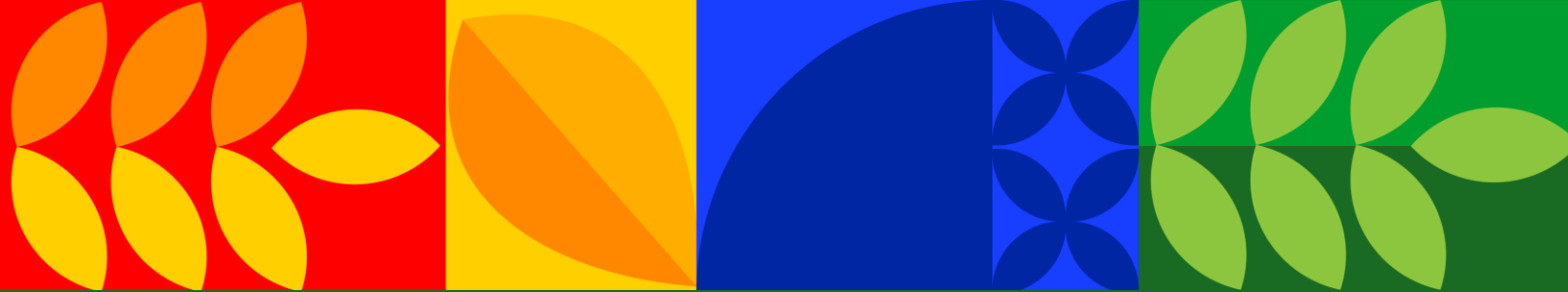
- Lançamento da página *web* oficial da Estratégia Nacional de Economia Circular
- Desenvolvimento do Painel de Dados da Economia Circular Brasileira.
- Criação de grupos de trabalho (GTs) para contribuições do FNEC estratégias governamentais (importação de resíduos sólidos; Estratégia Nacional Oceano sem Plástico - ENOP); e contribuições ao tema de economia circular na COP30.
- Eventos: Fórum Mundial de Economia Circular (SP); COP 30 e dia temático voltado para a Economia Circular; presidência do Brasil na Coalizão de Economia Circular para América Latina e o Caribe (2025-2027); Fórum Nordeste de Economia Circular e Expo Catadores 2025.

Perspectivas para 2026

- 2ª edição da Taxonomia Sustentável Brasileira - Economia Circular.
- Ampliação do modelo da plataforma Recircula Brasil para outras cadeias produtivas.
- Atualização ou novos decretos de logística reversa (eletroeletrônicos, papel e papelão).
- Projeto "Coopera Circular" em parceria com IPT.
- Resultados dos trabalhos sobre indicadores de economia circular (GTs), com apoio do MF/GIZ
- Diagnóstico nacional e definição de setores prioritários, com apoio da UNIDO
- Lançamento do Projeto CB-ACES - Ação climática e de biodiversidade por meio de soluções de economia circular – 26/2/2026, em São Paulo (Unido).
- Tributação da Indústria da Reciclagem



Taxonomia Sustentável Brasileira



2ª Edição da TSB – Economia Circular

05/02/2026



Euroclima é cofinanciado por



União Europeia



MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Índice

01 Elementos estruturantes

02 Sistema de Governança



Elementos Estruturantes da TSB

OBJETIVOS (climáticos, ambientais e econômico-sociais)

- | | | |
|---|---|--|
| 1. Mitigação da mudança do clima | 3. Proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas | 8. Geração de trabalho decente e elevação da renda |
| 2. Adaptação à mudança do clima | 4. Uso sustentável do solo e conservação, manejo e uso sustentável das florestas | 9. Redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos raciais e de gênero |
| | 5. Uso sustentável e proteção de recursos hídricos e marinhos | 10. Redução das desigualdades regionais e territoriais |
| | 6. Transição para economia circular | 11. Promoção da qualidade de vida, com ampliação do acesso a serviços sociais básicos |
| | 7. Prevenção e controle de contaminação | |
- *1ª edição
- *2ª edição

SETORES (CNAE)

- | | |
|---|--|
| 1. Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (A) | 5. Água, Esgoto, Resíduos e Descontaminação (E) |
| 2. Indústrias Extrativas (B) | 6. Construção (F) |
| 3. Indústria de Transformação (C) | 7. Transporte, Armazenagem e Correio (H) |
| 4. Eletricidade e Gás (D) | 8. Serviços Sociais (Turismo, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e TIC) |

CRITÉRIOS GERAIS

Contribuição Substancial
a pelo menos um dos objetivos

Não Prejudicar Significativamente
nenhum dos demais objetivos

Salvaguardas Mínimas



Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB)

Comitê Supervisor (CS)

Secretariado Executivo (SE)

Grupos Técnicos Setoriais

Incluindo Pré-GTs Metodológicos

Objetivos 1 e 2 (novas atividades)

Objetivos 3 e 4 (novos)

Objetivo 6 (novo)

Objetivo 10
(novo)

Desigualdades
Regionais /
Territoriais

Grupos Técnicos Temáticos

Monitoramento
Relato e
Verificação
(MRV)

Enfrentamento
das
Desigualdades

Comitê
Consultivo
(CC)



Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB)

Comitê Supervisor (CS)

Secretariado Executivo (SE)

Grupos de Trabalho - Implementação 1ª Edição

Objetivos 1 e 2

Critérios Técnicos Climáticos

Empresas

Instituições Financeiras (IFs)

Objetivo 9

Índice de Equidade
de Gênero e Raça

Empresas

IFs

Portal de
Dados

Indicadores
e relato

Normativos e
Incentivos

Verificação

Comitê
Consultivo
(CC)

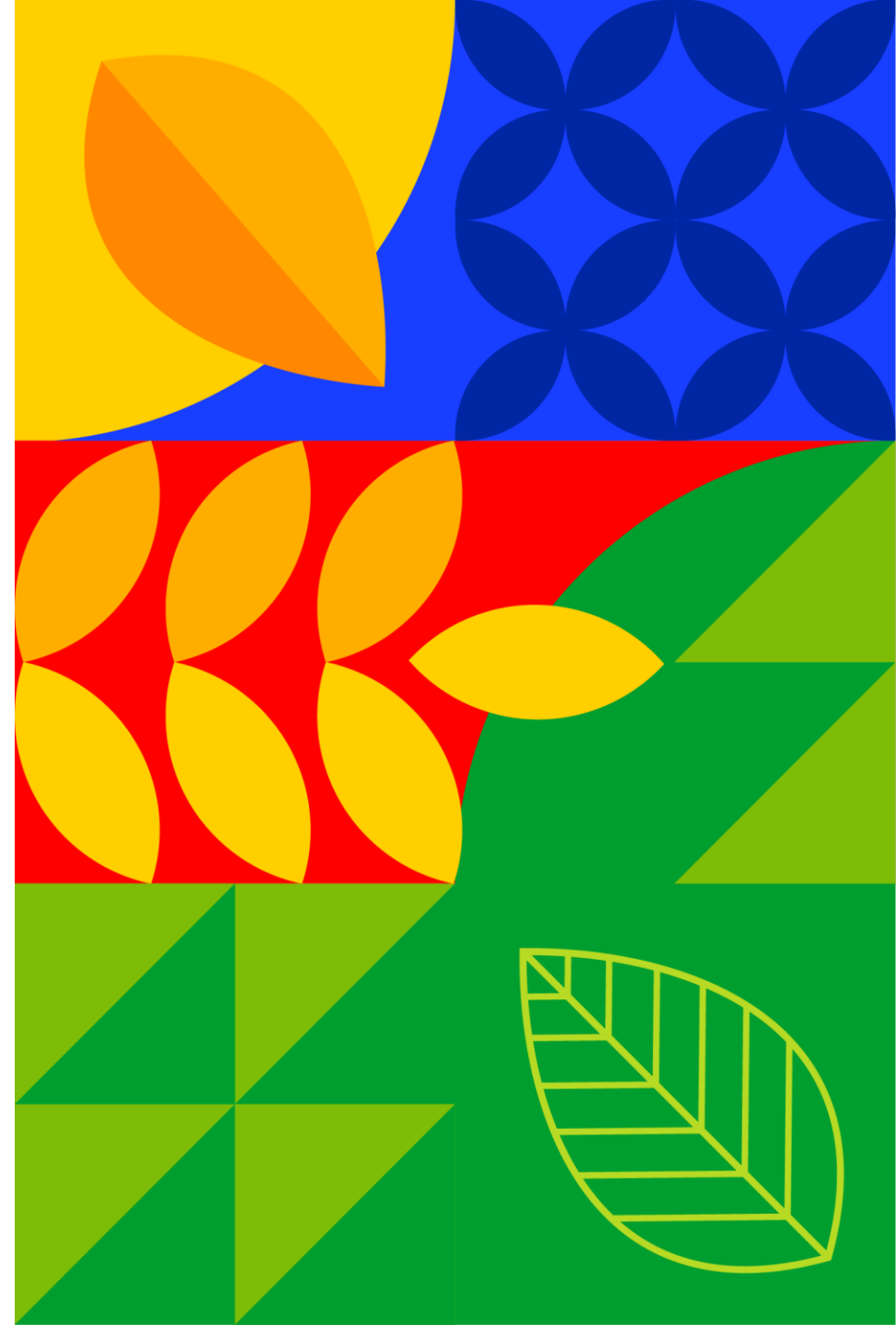
Obrigado!



<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira>



taxonomiabr@fazenda.gov.br



**Decreto nº 12.771/2025 - Estratégia Nacional
de Compras Públicas para o Desenvolvimento
Sustentável (ENCP)**

**Decreto nº 12.785/2025 - Promoção da
circularidade de bens móveis na administração
pública federal**

SECRETARIA DE
GESTÃO E INOVAÇÃO

Sustentabilidade nas contratações públicas

Estratégia Nacional de Compras Públicas para o
Desenvolvimento Sustentável (ENCP)

Decreto nº 12.771/2025

Mecanismos para promoção da circularidade de bens
móveis, no âmbito da administração pública federal
direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 12.785/2025

Gabriela Maretto

Diretora de Programa

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



O que é a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - ENCP

Objetivo:

Política que visa a superação da lógica exclusiva do menor preço e priorização do valor real da compra, considerando aspectos de qualidade, sustentabilidade e desenvolvimento.

Resultados Esperados:

Orientação do poder de compra do Estado para gerar desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Potencialização de políticas estratégicas para o governo (NIB, Plano Clima, Taxonomia Sustentável...)

Fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas para o país.

Vigência: quinquenal no primeiro ciclo e então quadrienal coincidindo com o PPA



A quem se aplica a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - ENCP

- Ao governo federal de forma obrigatória.
- Sempre que houver execução orçamentária de recursos da União.
- Aos Estados, Municípios e Estatais mediante adesão.
- Entes que realizam a adesão devem criar seus planos de ação.
- Alinhamento com o PPA.

ENCP: instrumentos e articulação com as demais políticas de desenvolvimento:

Nível Interfederativo

- Plano Nacional de Ação da ENCP (alinhado ao PPA)
- Planos Estaduais de Ação de Contratações Públicas Sustentáveis
- Planos Municipais de Ação de Contratações Públicas Sustentáveis

Nível dos órgãos Públicos

- Plano Anual de Contratações Públicas (PCA) - [art. 12, caput, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) - [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#),

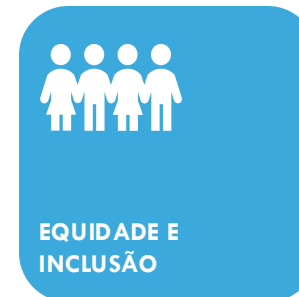
Nível Intersertorial: integração entre políticas

- NIB
- PAC
- Taxonomia Sustentável Brasileira
- Plano Clima
- Estratégia Nacional de Economia Circular
- Estratégia Nacional de Economia de Impacto
- Estratégia Nacional de Bioeconomia
- ...

DIRETRIZES E OBJETIVOS DA ENCP

DIRETRIZ SOCIAL

Promover contratações públicas inclusivas e equitativas que gerem impacto social positivo e inclusão socioeconômica



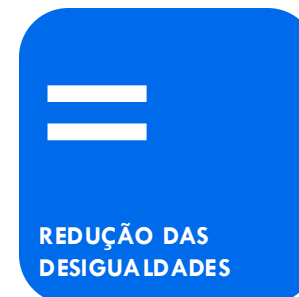
DIRETRIZ AMBIENTAL

Reduzir o impacto ambiental negativo das contratações públicas



DIRETRIZ ECONÔMICA

Incentivar a produção e a inovação nacional para fortalecer o desenvolvimento regional, tecnológico e a soberania produtiva do país



DIRETRIZ GESTÃO

Fortalecer e ampliar as capacidades estatais nas contratações públicas



O que é a promoção da circularidade de bens móveis

Objetivo:

evoluir de uma lógica de “desfazimento” para uma lógica de circularidade

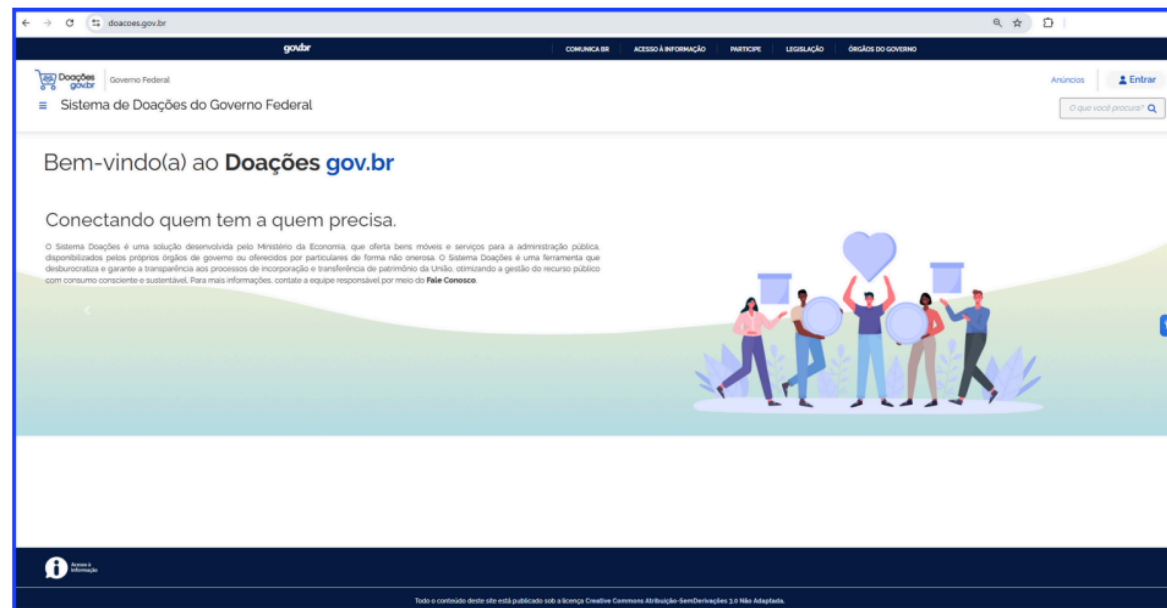
Resultados Esperados:

- Extensão da vida útil
- Recondicionamento
- Reutilização
- Remanufatura
- Inclusão social
- Redução de gastos
- Inclusão social
- Descarte ambientalmente adequado



A quem se aplica a promoção da circularidade de bens móveis prevista no Decreto 12.785/25

- âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
- Inclui estados e municípios usuários do sistema doacoes.gov.br



Como era e como ficou

Decreto nº 9.373/2018:

1. Bens ociosos ou recuperáveis só podiam ser objeto de transferência interna ou externa (salvo situações excepcionais justificadas)
2. Confusão entre bens inservíveis e resíduos
3. Desconformidade com o Decreto nº 12.002/2024 (clareza, precisão e ordem lógica)
4. Lógica do “desfazimento”



Decreto nº 12.785/2025:

1. Orientação quanto às soluções a serem adotadas considerando o estado em que os bens se encontram
2. Possibilidade de equiparação de bens irrecuperáveis a resíduos/rejeitos
3. Aperfeiçoamento dos aspectos de clareza, precisão e ordem lógica e dos critérios para escolha dos beneficiários
4. Lógica da circularidade (extensão da vida útil, reaproveitamento, remanufatura e descarte ambientalmente adequado, com promoção de inclusão social)



ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Programa Nacional de Investimentos na Reciclagem Popular (Pronarep)

Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular **PRONAREP/FUNAREP**



CAIXA

JAN 2026 | SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA | FUNDOS DE GOVERNO

caixa.GOV.BR



Dec. nº 12.783/2025

Oferecer **apoio financeiro, técnico, estrutural, econômico e social** a catadores e catadoras, individuais ou organizados.



Fomentar **acesso simplificado** a recursos e crédito.



Incentivar **tecnologias sociais** e inovação.



Promover **capacitação, infraestrutura e proteção social** integral.



Apoiar **grupos em situação de vulnerabilidade**, incluindo catadores em lixões ou em situação de rua.



Estimular a **erradicação humanizada** dos lixões.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Definição **diretrizes**, coordenação do programa e **fomento** a destinação de recursos ao FUNAREP, garantindo **transparência e controle social**.

CAIXA

A CAIXA **administra o FUNAREP**, atuando como instituição depositária, responsável pela **execução financeira**, procedimentos operacionais, prestação de contas e representação legal do fundo.

Público-Alvo

INDIVIDUAIS

Catadores individuais, incluindo os que estão em lixões ou em situação de rua.

INFORMAIS

Grupos informais em processo de organização da coleta seletiva.

COOPERATIVAS

Cooperativas, associações e redes de reciclagem

FUNAREP

Prover apoio financeiro (reembolsável e não reembolsável) aos beneficiários do PRONAREP

Fontes de recursos: doações, repasses e contribuições de pessoas físicas/jurídicas (públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras), rendimentos das aplicações e outros previstos em lei/regulamento.

Aporte Inicial

R\$ 10 milhões

Fundo Socioambiental CAIXA

A CAIXA acredita que o FUNAREP **amplia a capacidade financeira e operacional da reciclagem** popular ao garantir recursos estruturantes, promover inclusão socioeconômica dos catadores e impulsionar a economia circular com foco em dignidade, infraestrutura e desenvolvimento sustentável.



Aporte Inicial e Possibilidade de Ampliação

O aporte inicial de R\$ 10 milhões pode ser ampliado até R\$ 20 milhões para fortalecer o patrimônio do FUNAREP.

Gatilho Estratégico para Novos Recursos

O investimento funciona como gatilho para atrair recursos públicos e privados, consolidando economia circular.

Garantia de Liquidez e Credibilidade

Recursos em conta gráfica remunerada garantem liquidez imediata e fortalecem a credibilidade institucional.

Fortalecimento Institucional e Sustentabilidade

A estratégia permite rápida implementação do PRONAREP e reforça a imagem de inclusão socioeconômica.



Rodadas de ROAD SHOWS

Para que o FUNAREP alcance **escala e transforme** a reciclagem popular no país, é essencial **mobilizar mais recursos e ampliar as fontes de financiamento**, garantindo sustentabilidade, impacto social e investimento contínuo na base.

CATADORES INDIVIDUAIS

O FUNAREP pode funcionar como uma linha de **microcrédito** para catadores individuais ao oferecer apoio financeiro reembolsável, **garantias de crédito e assistência técnica** obrigatória para planos de negócio, reduzindo barreiras de acesso e fortalecendo a inclusão produtiva.



COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

O FUNAREP pode financiar **cooperativas com crédito reembolsável, garantias para operações financeiras** e repasses diretos, fortalecendo infraestrutura, gestão, industrialização e geração de renda no setor de reciclagem popular

A consolidação do FUNAREP depende da articulação entre **diretrizes, governança, crédito e tecnologia** — transformando o arranjo institucional em resultados concretos na base da reciclagem popular.



Governança e Diretrizes Iniciais

- Publicar diretrizes e critérios do PRONAREP .
- Instituir formalmente o Comitê Gestor e regulamentar seu funcionamento.



Estruturação Institucional e Operacional do FUNAREP

- Criar a conta gráfica do FUNAREP e completar sua governança.
- Finalizar e registrar o Estatuto do Fundo.
- Definir regras contábeis, operacionais e de prestação de contas.



Cadastro e Organização dos Beneficiários

- Preparar critérios e sistemas de cadastramento (MMA).
- Iniciar o cadastro de catadores individuais, cooperativas e grupos organizados.



Regras de Utilização e Produtos Financeiros

- Publicar as regras de utilização do FUNAREP — reembolsável e não reembolsável.
- Estruturar e lançar os produtos de crédito.
- Credenciar agentes financeiros e iniciar divulgação/comercialização.



Implementação Operacional e Suporte Técnico

- Disponibilizar agentes e sistemas tecnológicos integrados .
- Oferecer assistência técnica e planos de negócios para beneficiários.
- Acompanhar execução, monitorar indicadores e retroalimentar o FUNAREP.

**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA

impacto@caixa.gov.br



Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA)

Enfrentamento às Perdas e Desperdício de Alimentos

Uma estratégia do Ministério da Agricultura e Pecuária para a economia circular e segurança alimentar no Brasil



NOSSO DESAFIO

O Cenário Global

30%

Alimentos Perdidos
Perdidos

Da produção global anual
anual desperdiçada ou
ou perdida

1.3B

Toneladas

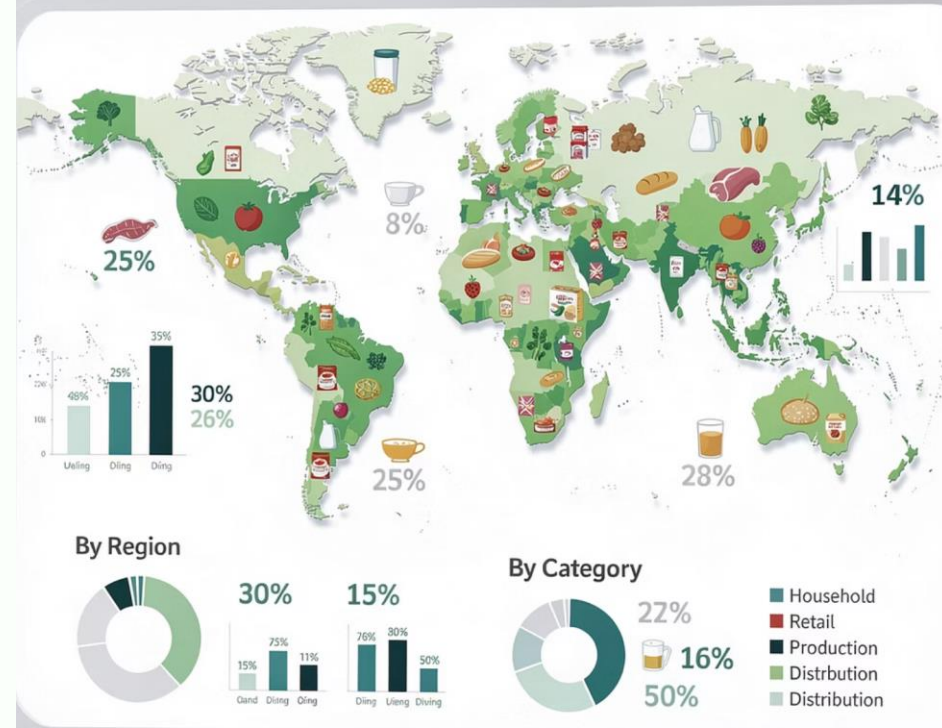
Volume total de perdas
no planeta por ano

77M

América Latina

Toneladas perdidas
apenas na região

Global Food Waste



Cinco Eixos Estratégicos

Pesquisa e Tecnologia

Desenvolvimento de soluções inovadoras
inovadoras e estatísticas robustas

Ambiente Regulatório

Revisão normativa alinhada às melhores
práticas internacionais

Comunicação

Difusão de conceitos e educação
customizada por público

Políticas Públicas

Integração de programas e equipamentos governamentais
governamentais

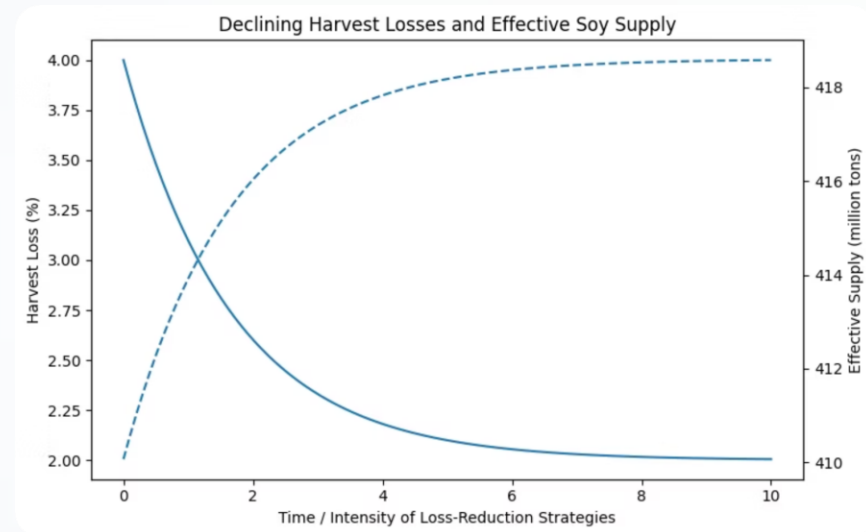
Cooperação Global

Engajamento em iniciativas internacionais e troca de experiências

Redução de Perdas: Impacto na Oferta e Preço

Reduzir as perdas de alimentos na colheita gera um choque positivo na oferta, mas oferta, mas com retornos decrescentes. Este exercício ilustra o impacto potencial: potencial:

Para um produto como a soja, uma redução de 4,0% para 2,5% nas perdas da colheita pode adicionar 6,4 milhões de toneladas à oferta comercializável, representando um aumento efetivo de 1,6%. Considerando uma demanda inelástica no curto prazo, isso pode levar a uma queda estimada de 3% a 5% nos preços. Reduzir perdas funciona, mas o mercado deve estar preparado para as consequências econômicas.



Recomendações e Próximos Passos



Metodologias

Aperfeiçoar medição de perdas em todos os elos da cadeia cadeia



Integração

Conectar indústria, varejo, CEASAs e bancos de alimentos



Comunicação

Campanhas customizadas para cada ator da cadeia



Governança

Coordenação via CAISAN com metas plurianuais



Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



II Estratégia Intersectorial para a **REDUÇÃO DE PDA NO BRASIL**



Objetivo geral

Promover ações e iniciativas com vistas à **prevenção e redução das perdas e desperdício de alimentos no Brasil**, por meio da articulação de esforços de agentes públicos e privados e da promoção de políticas públicas que favoreçam o acesso a uma alimentação adequada e saudável à população brasileira e que diminuam o impacto das PDA nas mudanças climáticas.

Eixos de atuação:

→ Crise climática se agrava

→ Combater a insegurança alimentar grave, moderada e leve

→ Unir esforços com o setor privado (principalmente a questão do varejo)

Questão da medição de perdas e desperdício – ODS 12

→ Vinculação com a temática dos sistemas alimentares

→ Reforçar o compromisso dos diversos setores com o tema e integrar esforços

● Perdas de alimentos durante a fase de Produção/Pós-colheita/Processamento dos alimentos

● Mercado atacadista (Ceasas e centrais de abastecimento)

● Mercado varejista (supermercados, feiras, hortifrutis etc.)

● Etapa de consumo, incluindo residências, escolas e serviços de alimentação

Metas

Objetivo 1: Metodologia para mensuração de PDA no Brasil (ODS 12.3)

- Elaborar metodologia, definir as culturas agrícolas a terem as perdas mensuradas e realizar pesquisas
- Elaborar pesquisa para quantificar o desperdício de alimentos entre consumidores e analisar fatores comportamentais

Objetivo 2: Fortalecimento dos Bancos de Alimentos

- Publicar 3 editais de chamamento público de implementação e/ou modernização de bancos de alimentos
- Criar ferramenta de apoio à gestão dos bancos de alimentos

Objetivo 3: Aperfeiçoar o papel da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos

- Criar uma ferramenta de apoio ao funcionamento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

Objetivo 4: Divulgar e capacitar os agentes que atuam no sistema de doação

- Realizar parcerias com universidades, institutos federais e ONGs para viabilizar as capacitações e a produção de materiais de divulgação.

Metas

Objetivo 5: implementação de políticas e projetos locais que tenham como base sistemas alimentares circulares

- Apoiar 30 cidades na elaboração do diagnóstico local e definição de ações e programas para redução de PDA
- Apoiar 05 cidades na mensuração de PDAs.
- Implantar 300 “Sisteminhas”
- Apoiar a implantação/ manutenção de 96 hortas urbanas
- Implantar 7 biodigestores em cozinhas solidárias
- Elaborar proposta de processos formativos sobre sistemas alimentares sustentáveis para beneficiários do
- Programa Cozinhas Solidárias.
- Capacitar 100 cozinhas solidárias em sistemas alimentares sustentáveis.

Objetivo 6: Fomentar ações no ambiente escolar

- Sensibilizar e capacitar CECANEs e nutricionistas da alimentação escolar
- Elaborar e distribuir material orientativo quanto a PDA (gestores e nutricionistas)

Objetivo 7: Aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à doação de alimentos

- Elaborar estudo

Objetivo 8: Promover ações relativas à redução de impactos no descarte de resíduos orgânicos.

- Aprimorar os sistemas nacionais de informação sobre resíduos sólidos urbanos
- Criar mecanismos e programas de capacitação e assessoria técnica para municípios, consórcios, órgãos ambientais e profissionais envolvidos
- Apoiar tecnicamente e financeiramente programas de coleta seletiva, compostagem e reciclagem de resíduos orgânicos
- Realizar campanhas de sensibilização e conscientização

Obrigada!

Carmem Priscila Bocchi

Coordenadora-Geral de Equipamentos de Segurança
Alimentar e Nutricional – DESAU/SESAN/MDS

priscila.bocchi@mds.gov.br

Coordenadora da II ERPDA

pda@mds.gov.br





Encaminhamentos

Agenda de reuniões para 2026

Atividade	Data
5ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	05/02/2026
6ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	07/05/2026
7ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	06/08/2026
8ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	05/11/2026